

ROGÉRIO AYRES VASCONCELLOS  
RENATO DE FREITAS MENDES

**O DESAFIO DE CONCRETIZAR O DESDOBRAMENTO DE MEIOS AÉREOS  
BRASILEIROS NA MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA DAS NAÇÕES  
UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E AS  
OPORTUNIDADES PARA A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola Superior de Defesa, como exigência  
parcial para obtenção do título de Especialista  
em Altos Estudos em Defesa.

Orientador: Cel Fernando César Hernandes

Brasília  
2023

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.

Brasília, DF, 27 de novembro de 2023



---

ROGÉRIO AYRES VASCONCELLOS – Cel Inf FAB  
PESQUISADOR



---

RENATO DE FREITAS MENDES – Ten Cel QOBM/Comb. CBMDF  
PESQUISADOR

ROGÉRIO AYRES VASCONCELLOS  
RENATO DE FREITAS MENDES

**O DESAFIO DE CONCRETIZAR O DESDOBRAMENTO DE MEIOS AÉREOS  
BRASILEIROS NA MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA DAS  
NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-  
AFRICANA E AS OPORTUNIDADES PARA A BASE INDUSTRIAL DE  
DEFESA BRASILEIRA**


Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Superior de Defesa,  
como exigência parcial para obtenção do  
título de Especialista em Altos Estudos  
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 17 de novembro de 2023

  
FERNANDO CÉSAR HERNANDES – Cel R1 EB (ESD)  
Orientador

  
FERNANDO SOUSA BEZERRA – Cel R1 FAB (ESD)  
Membro 1

  
PETERSON FERREIRA DA SILVA – Prof. Dr. (ESD)  
Membro 2

# O desafio de concretizar o desdobramento de meios aéreos brasileiros na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA) e as oportunidades para a Base Industrial de Defesa brasileira

Rogério Ayres Vasconcellos<sup>1a</sup>

Renato de Freitas Mendes<sup>2a</sup>

## RESUMO

O Brasil almeja um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e para tanto tem buscado aumentar sua contribuição nas missões de paz ofertando capacidades à ONU. Dentre os meios ofertados, a Força Aérea disponibilizou aeronaves A-29 e possui aeronaves KC-390 que também poderiam ser empregados sob a égide da ONU. Com o objetivo geral de analisar os principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil em um possível desdobramento de meios aéreos na MINUSCA foi realizada uma pesquisa exploratória de legislações, manuais, estudos e artigos científicos sobre o tema desdobramento, logística, infraestrutura da República Centro-Africana e do seu país vizinho, Camarões. Em complemento foram realizadas quatro entrevistas, a primeira com um especialista no sistema de desdobramento de capacidades da ONU, a segunda com um especialista do escritório de projetos da FAB, a terceira com um piloto instrutor de A-29 que está desdobrado em uma missão de paz e por fim um militar da FAB que exerce a função de oficial de planejamento de inteligência na MINUSCA. Ainda foram analisadas as capacidades das aeronaves brasileiras frente os desafios da missão de paz e por fim verificadas as oportunidades para a Base Industrial de Defesa do Brasil com o possível desdobramento, concluindo pela viabilidade e vantajosidade do desdobramento para o país.

**Palavras-chave:** Nações Unidas; logística; Força Aérea Brasileira; Base Industrial de Defesa.

*The challenge of implementing the deployment of Brazilian air assets in the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) and the opportunities for the Brazilian Defense Industrial Base*

## ABSTRACT

*Brazil aims to obtain a seat on the United Nations Security Council and has therefore sought to increase its contributions to peacekeeping missions by offering capabilities to the UN. Among the resources provided, the Brazilian Air Force has made A-29 aircraft available and possesses KC-390 aircraft that could also be employed under the auspices of the UN. With the general objective of analyzing the main challenges to be faced by Brazil in a possible deployment of air resources in the MINUSCA, an exploratory research was conducted, encompassing legislation, manuals, studies, and scientific articles on the topics of deployment, logistics, infrastructure in the Central African Republic and its neighboring country, Cameroon. Additionally, four interviews were conducted, the first with an expert in the UN's capability deployment system, the second with an expert from the FAB project office, the third with an A-29 instructor pilot currently deployed on a peacekeeping mission, and finally, an FAB military officer serving as intelligence planning officer in MINUSCA. The capabilities of Brazilian aircraft were also*

---

<sup>1</sup> Coronel de Infantaria da Força Aérea Brasileira.

<sup>2</sup> Tenente-Coronel Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

<sup>3</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Defesa (ESD), 2023.

*analyzed in the face of the challenges of peacekeeping missions, and opportunities for Brazil's Defense Industrial Base with potential deployments were verified, concluding that the deployment was viable and advantageous for the country.*

**Keywords:** *United Nations; logistics; Brazilian Air Force; Defense Industrial Base.*

## 1. INTRODUÇÃO

Na cidade de São Francisco, em 26 de junho de 1947, foi assinada a Carta das Nações Unidas, um tratado internacional que por meio de uma série de princípios e acordos, buscou promover o comprometimento dos Estados consignatários para o estabelecimento da paz.

Dentre os cinquenta membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU) está o Brasil, país que obteve distinção em suas participações, sendo as duas primeiras assembleias presididas pelo embaixador Oswaldo Aranha, que teve várias atuações relevantes e entre elas a criação do Estado de Israel, após a 2ª Guerra Mundial (Dupas; Vigevani, 2002)..

Dos órgãos principais que constituem a ONU destaca-se o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), representado por dez membros não-permanentes e cinco membros permanentes, sendo intenção do Brasil ser parte deste último grupo (Brasil, 2020a).

Em alinhamento com essa intenção e cumprimento dos acordos firmados com a ONU, há políticas dentro dos mais altos documentos da defesa nacional que estabelecem diretrizes e ações sobre o tema, com relevância às voltadas à contribuição em operações de paz.

O Brasil possui um histórico amplo em participações nas missões de paz da ONU e entre 1957 e 1967 fez parte da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas, com o chamado Batalhão Suez, missão esta que o Brasil desdobrou vinte contingentes no valor de Batalhão. Desde então foram realizadas mais cinco participações expressivas e já neste milênio, em 2004, foi iniciada a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (Brasil, 2022), com empenho destacado do Exército Brasileiro, o qual chegou a desdobrar simultaneamente até dois Batalhões e uma Companhia de Engenharia, além da participação da Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira nesta missão.

Já a Marinha do Brasil teve destaque maior em 2011 com a participação na Força Interina das Nações Unidas no Líbano, incorporando uma Fragata à missão e ampliando assim a capacidade daquela Força Tarefa Marítima (Desiderá Neto *et al.*, 2018).

Por outro lado, a Força Aérea Brasileira contou com pouca participação direta em ambas as missões, onde desdobrou um pelotão de infantaria no Batalhão Brasileiro da Força de Paz da MINUSTAH e realizou o apoio logístico da rotação dos efetivos da MINUSTAH, e de mantimentos e suprimentos em ambas as missões.

Desde 2018 a Força Aérea Brasileira (FAB) está em preparação para desdobrar meios em operações de paz (Fernandes, 2017), contudo, mesmo após consulta informal da ONU, não foram concluídas as etapas necessárias para a participação dos meios da Força Aérea, o que possibilitaria esta Força Singular ter experiências similares às Forças coirmãs.

A escolha pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA) foi principalmente pelo convite da ONU (Amaral, 2017) realizado em 2017 para que o Brasil desdobrasse um contingente naquele país. Este convite motivou o Ministério da Defesa (MD) a realizar, em outubro de 2017, uma visita técnica à Bangui, capital da República Centro Africana (RCA), e uma missão de reconhecimento minuciosa a respeito das possibilidades e capacidades logísticas necessárias para o possível desdobramento, realizado em janeiro de 2018, com a participação das Forças e de um representante do Ministério das Relações Exteriores (O Sul, 2018).

Esta pesquisa se justifica porque a participação do Brasil em missões de paz da ONU é uma oportunidade para o país demonstrar e adestrar sua capacidade logística, operacional, tecnológica e de pessoal, além de fomentar o crescimento da indústria de defesa nacional. Nesse sentido, o desdobramento de meios aéreos brasileiros na MINUSCA apresenta desafios significativos, mas também pode abrir portas para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa. Compreender esses desafios e oportunidades é fundamental para melhorar a efetividade das operações e impulsionar o setor de defesa brasileiro.

Assim, o problema que se apresenta na pesquisa e que inquietou os pesquisadores é: Quais são os desafios à concretização de um possível desdobramento de meios aéreos brasileiros na MINUSCA?

E visando resolver este problema, foi elencado o objetivo geral de analisar os principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil em um possível desdobramento de meios aéreos na MINUSCA. Desafios estes que englobam tanto a disponibilização e o preparo das capacidades dos meios para o desdobramento (pessoal, material e equipamentos), quanto às dificuldades em transportar equipamentos até o país africano.

Neste sentido, os objetivos específicos foram compreender quais os principais aspectos da legislação brasileira sobre o assunto, passando pela descrição do processo decisório nacional para a participação de tropa em uma missão de paz, as maiores dificuldades logísticas que poderão ser enfrentadas e por fim a identificação das oportunidades para a Base Industrial de Defesa brasileira decorrentes da participação na MINUSCA.

Para atingir esses objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de uma pesquisa exploratória que identificou legislações, manuais, estudos e artigos científicos relacionados à participação brasileira em uma missão de paz, com foco direcionado para a MINUSCA, sobre os desafios do desdobramento de meios aéreos e às oportunidades para a Base Industrial de Defesa.

Foram levantados documentos do MD e da FAB, a respeito do embasamento legal para o desdobramento de uma unidade militar e o histórico da participação do Brasil nas Operações de Paz, assim como, as legislações disponíveis nos diversos sítios na internet ligados às Nações Unidas, sobre logística, MINUSCA e processo de geração de Força para desdobramento de unidades militares.

Foi feita uma coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas com especialistas do MD e da FAB.

Nas entrevistas foi possível encontrar informações sobre as visitas técnicas de equipes brasileiras à MINUSCA, visando informações das condições de infraestrutura existentes para apoio e utilização no desdobramento logístico, assim como as informações das condições atuais na RCA.

Também foram verificadas as possibilidades de emprego de meios da FAB disponibilizados no Sistema de Capacidades de Prontidão para Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (em inglês UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System*), tais como as condições técnicas da aeronave A-29 Super Tucano e do KC-390 Millennium.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as condições e possibilidades de transporte logístico, do litoral africano até as possíveis instalações da unidade militar a ser desdobrada.

Esses dados coletados foram analisados qualitativamente para identificar os principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil e as oportunidades para a Base Industrial de Defesa (BID) com o possível desdobramento.

Visando promover o balizamento teórico adequado ao tema da presente pesquisa buscou-se estudar a teoria do Realismo das Relações Internacionais para compreender a criação da ONU e principalmente o CSNU e as aspirações do Brasil em fazer parte desse Conselho, justificando assim sua participação em Operações de Paz.

Também foi estudado o “Cruz Report”, documento doutrinário que sugere a ampliação das capacidades militares das forças de paz da ONU para fazer frente a diversas ameaças (Cruz; Phillips; Cusimano, 2017).

Além das fontes citadas, buscou-se a resolução n.º 2659 do CSNU (United Nations, 2022a), que trata sobre a situação da RCA e o mandato do MINUSCA.

Dessa forma, começaremos pelas orientações emanadas pelos mais altos documentos nacionais sobre o assunto.



## 2. AS DIRETRIZES NACIONAIS

As Nações Unidas não constituem uma garantia de paz mundial. Por isso mesmo, teremos de preservá-la e de trabalhar pelo seu fortalecimento. Os custos de manutenção da Organização são mínimos em comparação com os riscos que correríamos na eventualidade de seu desaparecimento (Araújo Castro, 1978 *apud* Patriota, 2010, p. 192).

As palavras do Embaixador Araújo Castro, sobre a importância da ONU, refletem diretamente o que está escrito em nossos mais altos documentos, a começar pela nossa Constituição Federal (Brasil, 2023) que em seu artigo 4º, dentre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Já o livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020a), afirma que “Uma expressão evidente da crescente importância do Brasil na área de paz e segurança internacional tem sido a participação em operações de paz”, pois são uma face importante da ONU, uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva. Ademais, discorre ainda sobre a eficácia e legitimidade da ONU, as quais serão tanto maiores quanto maior for sua capacidade de expressar interesses dos países que a compõem, fazendo ligação com o pleito de uma reforma abrangente do CSNU.

É fato que os atuais cinco membros permanentes do CSNU são os países que foram relevantes durante a Segunda Guerra Mundial e saíram vitoriosos do conflito.

Segundo Bernardino (2022) o CSNU foi desenhado ao final da Segunda Guerra Mundial, auge da teoria do Realismo das Relações Internacionais, representado por Hans Morgenthau, acadêmico do segundo consenso Realista, que disse haver um fomento às alianças dos Estados desde que o objetivo seja a estabilidade e a preservação dos elementos do sistema, em outras palavras a busca pelo poder e pela paz.

Visando uma reforma do CSNU, em 2005, o grupo conhecido como G4, formado pela Alemanha, Japão, Índia e Brasil apresentou uma proposta de aumentar o número de Membros permanentes do CSNU em mais seis países, sendo eles a ocuparem os assentos, acrescidos de mais dois países do continente africano, no entanto, o CSNU permanece com a formação inalterada.

Ainda Bernardino (2022) comenta que especificamente o Brasil, mesmo não sendo uma grande potência, está entre os vinte países que mais contribuíram para as missões de paz da ONU, além de ser membro fundador da ONU e um dos países que mais fez parte do Conselho de Segurança como membro não permanente.

Uma expressão evidente da crescente importância do Brasil na área da paz e segurança internacional tem sido por meio de contribuição militar nas operações de paz, que segundo Kenkel e Hamann (2013) o contínuo engajamento histórico brasileiro em operações de paz tem como um dos objetivos validar a candidatura do Brasil para membro permanente do CSNU.

Assim sendo, outros documentos emanam diretrizes sobre a participação do Brasil nas operações de paz, tais como, a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), as quais direcionam políticas de projeção do Brasil no concerto das Nações e as ações necessárias para a participação militar do país sob a égide da ONU.

As intenções da política externa brasileira são transcritas para a PND, a qual possui em seus fundamentos a intenção de projeção do país no concerto das nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, além de estabelecer objetivos para o preparo e emprego de todas as expressões do Poder Nacional.

Em sua concepção política de defesa, a PND discorre sobre “atuar sob a égide de organismos internacionais, visando a legitimidade e o respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais” (Brasil, 2016). Embora a PND não seja um documento tão específico, traz os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), os quais devem ser perseguidos permanentemente pela nação brasileira no âmbito da Defesa, sendo que em seu sétimo objetivo ressalta a contribuição para a paz e a segurança internacional e em seu oitavo retoma a necessidade de incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Contudo é na END que constam as orientações que devem ser seguidas para alcançar os OND descritos acima, e assim orientar as ações do Ministério da Defesa e das Forças Singulares para atuarem nas Operações de Paz. Na sua Concepção Estratégica de Defesas END retrata que:

A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser impelido a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e ampliar sua projeção no concerto das nações. (Brasil, 2016, p. 17)

A END possui em sua décima terceira Estratégia de Defesa a orientação e priorização das ações do Brasil para atuar em foros e organizações internacionais, bem como a participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais. Além disso, em seus fundamentos a END determina que as três Forças “deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de

caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária”, direcionando assim, ações diretas para a Força Aérea Brasileira (Brasil, 2016).

Entretanto, para que seja possível operacionalizar um desdobramento, há regras emitidas pela ONU e ações a serem executadas pelos Países Contribuintes de Tropas (em inglês TCC - *Troop-Contributing Country*), conforme abordado em seguida.

### **3. A NORMATIZAÇÃO DO DESDOBRAMENTO**

A ONU estabeleceu, por meio do “Manual das Nações Unidas para Geração e Desdobramento de Unidades Militares e Polícias Constituídas para Operações de Paz” a metodologia de sua interação com os TCC e trimestralmente divulga, para cada missão de paz a lista de requisitos de capacidades uniformizadas, ou seja, frações militares e seus equipamentos para serem empregados nas missões de paz (United Nations, 2023a).

Seguindo essa metodologia, o Brasil, por meio do PCRS da ONU, ofertou uma série de unidades militares, as quais foram validadas e credenciadas pela ONU para atuação em Operações de Paz. Entre as unidades credenciadas, três são da FAB (Brasil, 2017).

Os preparativos para que o envio dos meios militares brasileiros ofertados no PCRS seja adequado às necessidades da ONU é regulamentado pela Instrução Normativa nº 3/2019 do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa (Brasil, 2019), com a finalidade de padronizar procedimentos junto às Forças Singulares e setores do MD.

O processo decisório nacional para envio de tropa para operações de paz é complexo em virtude da lei nº 2.953 de 17 de novembro de 1956 (Brasil, 1956) que traz em seu artigo 1º que a remessa de força armada para fora do território nacional em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.

Após o convite da ONU recebido pela Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas ser enviado ao Ministério das Relações Exteriores, este repassa ao MD que consulta a força singular detentora do meio ofertado no UNPCRS. Caso concorde em comum acordo com o MD, ainda há a consulta no atual Ministério da Fazenda<sup>3</sup>, na Casa Civil e na Presidência, para só então seguir ao Congresso Nacional para aprovação. O fluxograma do processo decisório nacional para envio de tropa para operação de paz é representado na figura 1.

---

<sup>3</sup> O Ministério da Fazenda passou a abranger, a partir do ano de 2023, parte das competências que antes estavam concentradas no Ministério da Economia, o qual foi extinto neste mesmo ano.





promoção e proteção dos direitos humanos, suporte à justiça e estado de direito e o processo de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação dos grupos armados (United Nations, 2014).

O mandato da MINUSCA foi renovado por diversas vezes, estando em vigor a resolução n.º 2659 de 14 de novembro de 2022 (United Nations, 2022a), o que a torna a maior missão de paz da ONU no ano de 2023, com 13.968 militares e 2.992 policiais, além de civis funcionários da ONU e diversos outros contratados para missões específicas e com um orçamento estimado em mais de um bilhão e cento e dezesseis milhões de dólares, aprovado pela resolução 75/298 de 7 de julho de 2021 (United Nations, 2021a).

Contudo, mesmo com um orçamento que repassa verbas para a manutenção da missão, aliado às capacidades logísticas do país que pretende desdobrar uma unidade militar, fazer a logística acontecer é um desafio, conforme veremos a seguir.

#### 4.2 O DESDOBRAMENTO PELOS MODAIS MARÍTIMO E TERRESTRE

Mesmo com um aumento médio de preços em 60% do transporte marítimo, devido a guerra da Ucrânia (United Nations, 2022b), a travessia do Brasil para a África de grandes quantidades de materiais acaba sendo muito mais econômico pelo modal marítimo.

O entrevistado 1<sup>5</sup> afirmou que o tempo de deslocamento para o transporte marítimo do material do Brasil para a Douala, que é a maior cidade e tem o maior porto dos Camarões é de 15 dias (não contando o tempo para embarque); o de desembarço e carregamento para o transporte é de 10 dias; o de transporte da cidade de Douala, até a cidade de Bambari,<sup>6</sup> na RCA, é de 15 dias. No total, em condições normais de transporte e sem ocorrência de anormalidades, são gastos 40 dias para concluir o transporte de material do Brasil para a RCA.

O entrevistado 1 ainda informou que esses tempos podem ser estendidos e que pelas estimativas de funcionários do Suporte da Missão da ONU, o tempo praticável para a realização do desdobramento logístico do Rio de Janeiro para Bambari é de 3 a 5 meses. Esse tempo extensivo se deve aos diversos problemas relacionados com o desembarço alfandegário e o transporte logístico a partir de Douala, tais como: disponibilização e organização de comboio, escolta, meteorologia, adversidades relacionadas às condições das estradas, entre outros.

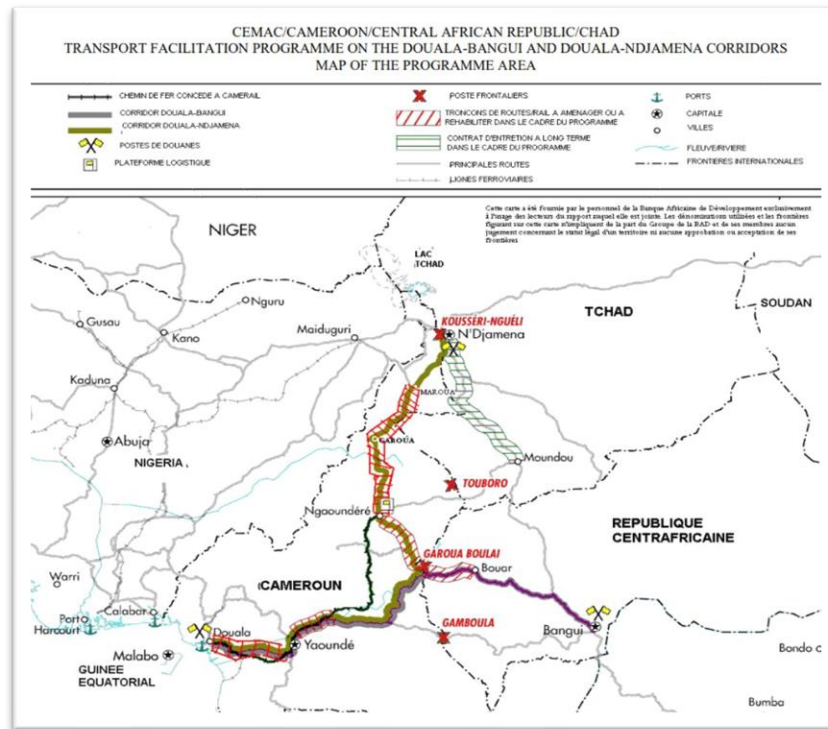
---

<sup>5</sup> Entrevista da pesquisa concedida em 28 ago. 2023 por Átila Gonçalves Torres Junior. Coronel de Cavalaria R/1 do Exército Brasileiro, assessor Técnico da Subchefia de Operações Internacionais (SC-4) do Ministério da Defesa. O entrevistado é especialista no sistema de desdobramento de capacidades da ONU e participou do reconhecimento brasileiro na MINUSCA.

<sup>6</sup> Bambari é cidade da República Centro Africana onde seria enviado um Batalhão de Desdobramento Rápido do Exército Brasileiro.

O desdobramento do BRABAT, na MINUSCA, acabou não acontecendo, contudo, os conhecimentos adquiridos pela comitiva brasileira em 2018 são uma boa base para o planejamento de um futuro desdobramento naquele país, mesmo não sendo para a localidade de Bambari (Alencastro; Victor, 2018).

**Figura 3 -Corredor Douala-Garoua Boulai-Bangui Line.**



**Fonte:** African Development Fund, 2012

Cabe ressaltar que como as rodovias convergem para a capital, os procedimentos alfandegários na RCA são realizados em Bangui. A principal rota por onde trafega cerca de 90% da ajuda humanitária e de suprimentos da MINUSCA (Kindzeka, 2015) é no corredor chamado Douala - Garoua Boulai - Bangui *Line*, que possui uma distância de 1.400 quilômetros ao total.

No trecho Douala - Garoua Boulai, em Camarões, a rodovia é quase toda pavimentada, contudo, ao passar a fronteira para a RCA parte da estrada não é pavimentada e alguns trechos chegam a ficar intransponíveis na temporada das chuvas.

Além disso, há relatos de caminhoneiros, na maioria de Camarões, de que eles são extorquidos tanto por grupos armados quanto por oficiais da RCA (Cameroon Trade Hub, 2017) com as chamadas “taxas da rodovia” para pagar propinas ao longo do caminho dos corredores Douala-Bangui

Entretanto, os desafios não são exclusividade dos modais marítimo e rodoviário, pois a rede aeroportuária da RCA possui adversidades singulares, como veremos a seguir.

#### 4.3 O DESDOBRAMENTO PELO MODAL AÉREO

O Transporte aéreo possui uma série de vantagens, como menor tempo de deslocamento e a possibilidade de chegar a locais inacessíveis por terra ou por navegação marítima e fluvial, contudo os custos são bem mais altos em relação a quantidade de produtos/tonelagem transportados.

Ademais, a infraestrutura aeroportuária da RCA é precária, o país possui pouco mais de 30 aeroportos, porém somente dois são pavimentados, o aeroporto internacional M'Poko, localizado na capital Bangui e o Berberati, localizado na cidade de mesmo nome, além disso somente 12 possuem extensão acima de 1500 metros (Luz, 2021).

Além da questão da pavimentação, os meios auxiliares de pouso noturno e o controle da navegação são limitadores ou reduzem a segurança da operação para pousos e decolagens, restringindo a operação de algumas aeronaves, quer seja pelos equipamentos de bordo, quer seja pela necessidade de comprimento de pista.

O entrevistado 1 comentou que a comitiva pousou em Bangui em uma aeronave Boeing 777-200 da Air France, que ingressou no pátio sem causar qualquer tipo de interdição no aeródromo e que no local, além de uma aeronave Boeing 777-200, estavam estacionados duas aeronaves Antonov AN-74, um Boeing 737-200 da empresa Royal Air Maroc, dois helicópteros Mi-8 e diversas outras aeronaves de pequeno porte nas extremidades do pátio.

O entrevistado 1 observou ainda que uma aeronave Mi-35 utilizou a técnica de pouso e decolagem corrida, e mesmo assim provocava a suspensão de muita poeira durante esses procedimentos, ficando essa depositada sobre a superfície das outras aeronaves.

O entrevistado 2<sup>7</sup> relatou que durante a estação seca, há a predominância de muita poeira suspensa no ar, o que dificulta a operação e navegação aérea, além de haver maior probabilidade de danos nos equipamentos.

Este entrevistado comentou também que a RCA não possui controle de tráfego aéreo nacional, ficando cada um dos voos obrigados a efetivar contato remoto com cada aeródromo, somado aos aeródromos não possuírem iluminação das pistas o que impossibilita o voo noturno.

Entretanto, mesmo com muitas limitações, o tipo de aeronave a ser empregada depende da capacidade de operar com essas restrições, como veremos no caso das fabricadas no Brasil.

---

<sup>7</sup> Entrevista da pesquisa concedida em 8 set. 2023 por Fabiano Ferrarezi de Freitas. Coronel Intendente da Força Aérea Brasileira desdobrado na MINUSCA para assumir a função U2 *Intelligence Plans Officer*.



#### 4.4 OS MEIOS AÉREOS

Ativos aeronáuticos como aeronaves de asa fixa, helicópteros utilitários e de ataque e sistemas aéreos não tripulados, são os principais facilitadores que dão a qualquer operação de paz a mobilidade e agilidade necessárias para dissuadir e prevalecer (Novosseloff, 2017).

Convergente ao comentário anterior, em dezembro de 2017, o General Santos Cruz enviou um relatório para a ONU, chamado “*Improving Security of United Nations Peacekeepers*”, sobre a necessidade de identificar as principais causas do aumento do número de mortes de capacetes-azuis em ação, assim como apresentar recomendações para aumentar a segurança dos soldados sem perder de vista os objetivos das missões, como a proteção de civis. (Cruz; Phillips; Cusimano, 2017)

Nesse contexto, o *Cruz Report*, como foi chamado, apontou como mudanças o aprimoramento das capacidades materiais das missões, assim como, em uma postura mais proativa dos *peacekeepers*, o que poderia justificar o emprego de meios aéreos mais ofensivos, como a aeronave A-29<sup>8</sup>, por exemplo.

Segundo o Manual da Unidade de Aviação Militar de Missões de Paz das Nações Unidas (United Nations, 2021b) a unidade de ataque armado de asa fixa, na qual se enquadra o A-29, possui como tarefas principais o suporte de fogo a unidades de terra, interdição/neutralização de elementos e armamento hostil, reconhecimento e vigilância de área e escolta armada, contudo, segundo o entrevistado 3<sup>9</sup>, estas aeronaves não possuem equipamentos de autodefesa contra mísseis solo-ar, limitando o emprego em baixas altitudes.

O entrevistado 3 ainda complementa que a aeronave A-29 possui a capacidade de operar em pistas não pavimentadas e que deveria ser realizado um contrato de suporte logístico junto à uma empresa civil (potencialmente, a EMBRAER) para que haja uma garantia de disponibilidade mínima que se encaixe nos padrões rigorosos exigidos pela ONU.

Já o entrevistado 4<sup>10</sup>, afirmou que as aeronaves A-29 Super Tucano foram desenvolvidas especificamente para esse tipo de operação de baixa intensidade, típica dos cenários

---

<sup>8</sup> A aeronave A-29 Super Tucano é uma aeronave de ataque leve, combate e reconhecimento construído pela empresa brasileira Embraer Defesa & Segurança e é utilizado pela Força Aérea Brasileira e outras 15 forças aéreas em todo o mundo, incluindo Afeganistão e Líbano. O A-29 é uma aeronave turboélice capaz de operar em pistas não preparadas e terrenos acidentados. O A-29 é a única aeronave de ataque leve do mundo com um Certificado de Tipo Militar da Força Aérea dos EUA.

<sup>9</sup> Entrevista da pesquisa concedida em 8 set. 2023 por Rodolfo Santos Moura. Major Aviador da Força Aérea Brasileira que exerce a função de observador militar da ONU na MINURSO e ex-piloto de A-29 no Terceiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação - Esquadrão Flecha da Força Aérea Brasileira.

<sup>10</sup> Entrevista da pesquisa concedida em 28 ago. 2023 por Alexandre Pereira Reynaldo. Coronel Aviador da Força Aérea Brasileira, Chefe da Seção de Gerenciamento de Portfólio, Programas e Projetos (7SC1) do Estado-Maior da Aeronáutica.

encontrados em missões de paz, por sua vez, por ser um projeto da década de 90, do século passado, entende que novas ameaças podem ensejar necessidades mais atualizadas do vetor a fim de se extrair toda a potencialidade do projeto.

Em relação à aeronave KC-390, mesmo não tendo sido ofertado no sistema UNPCRS, seria uma segunda aeronave de fabricação nacional com boas chances de ser empregada em operações de paz.

No Manual da Unidade de Aviação Militar de Missões de Paz das Nações Unidas (United Nations, 2021b), as capacidades requeridas para uma unidade de transporte tática é de que efetue o lançamento de carga por paraquedas e de paraquedistas por rampa traseira, além do transporte de carga e passageiros, dia e noite, com capacidade ainda em operar em pistas não pavimentadas e curtas.

Essas capacidades são executadas pelo KC-390, conforme registro a seguir:

[...] o KC-390 apresenta moderno sistema de guerra eletrônica, com capacidades ativa e passiva contra mísseis infravermelhos, sistema de comando de voo de última geração e sistema de reabastecimento em voo. O compartimento de carga é amplo o suficiente para transportar aeronaves semidesmontadas e blindados. Seu projeto contempla ainda o pouso em pistas semi preparadas e não preparadas, além de operar sob condições climáticas extremas. (Gavião *et al*, 2018, p. 5)

Pereira e Jasper (2016) estudaram a aeronave KC-390 e projeção do Brasil no cenário internacional e apontaram que:

[...] segundo as teorias de emprego do Poder Aéreo em Operações de Paz da ONU, definidas por Dallaire e Dorn, a atuação do KC-390 como integrante da Aviação Militar da ONU representará uma das maiores influências de projeção brasileira no cenário internacional. A possível atuação da futura aeronave da Aeronáutica, em missões como a de Transporte Aéreo Humanitário de Cargas e Passageiros, ratificará as aspirações nacionais e as orientações governamentais da política externa brasileira. Esses fundamentos, objetivos e princípios constitucionais, estão estabelecidos pela PND (Pereira; Jasper, 2016, p. 88).

Além disso, o emprego de aeronaves de fabricação brasileira em operações da ONU poderia contribuir para o desenvolvimento da BID, como veremos a seguir.

## **5. AS OPORTUNIDADES PARA A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA**

A Base Industrial de Defesa, segundo definição contida no Livro Branco de Defesa Nacional é:

[...] o conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização,

produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produto de defesa (PRODE) no País. (Brasil, 2020a, p. 133).

Trata-se de um setor produtivo estratégico priorizado pela PND visando a autonomia tecnológica do País em produtos de defesa. A PND ainda reconhece que a busca por novos mercados é um dos maiores desafios para a BID e “fator relevante para o seu desenvolvimento e sustentação” e que:

[...] atuação do Estado constitui importante agente facilitador, na medida em que a política externa praticada pelo Brasil, bem como o suporte estatal a financiamentos de programas, projetos de pesquisa, desenvolvimento, produção, aquisições e comercialização de produtos de defesa nacionais tendem a proporcionar maior confiança aos potenciais compradores (Brasil, 2016, p. 39).

Valin (2018) afirma que “é coerente o planejamento de participação em Operações de Manutenção da Paz (OMP) tanto como forma de atingir objetivos humanitários em um primeiro plano, quanto a projeção dos produtos da BID de maneira complementar ou acessória”.

Silva Filho (2017), aponta a existência de novos nichos de mercado para a BID oriundos do crescimento mundial do terrorismo e de conflitos de baixa intensidade e que a experiência em Operações de paz e Operações de Garantia da Lei e da Ordem representam oportunidades para o BID uma vez que muitas empresas brasileiras não possuem condições para exposição de seus produtos em feiras internacionais do setor em razão de elevados custos e outras dificuldades burocráticas e legais.

Farias (2018) estudou as contribuições para a Base Industrial de Defesa decorrentes da participação do Brasil na MINUSTAH e registrou que esta operação permitiu a assinatura de novos contratos e aumento da visibilidade dos produtos da BID no exterior.

Farias ainda afirma que a participação do Brasil na MINUSTAH proporcionou resultados positivos para a BID:

Ainda que não tenha havido uma presença mais expressiva do empresariado nacional, pode-se afirmar que a MINUSTAH ensejou uma oportunidade para a indústria de defesa do Brasil. Isso pôde ser observado mediante a concepção de novos equipamentos, mediante projetos estabelecidos com o EB, pelo aumento da demanda a partir da missão e pela visibilidade que o Haiti proporcionou tanto às empresas estratégicas de defesa quanto às que não estão inscritas nesta condição (Farias, 2018, p. 130).

Segundo Valin (2018), mesmo que a República Centro-Africana não pertença ao entorno estratégico do Brasil, o emprego de Produtos de Defesa na MINUSCA pode ampliar mercados para outros países africanos e TCC “ampliando a perspectiva da ação da tropa apenas sob o prisma da cooperação internacional para uma oportunidade de divulgação do material de defesa nacional aprovado em missões reais”.

Os projetos das aeronaves nacionais da EMBRAER envolvem uma ampla gama de empresas subsidiárias para fornecimento de componentes. O projeto da aeronave KC-390, que é o mais complexo, segundo Ribeiro (2017) mais de cinquenta empresas encarregaram-se do “fornecimento de peças primárias, subconjuntos e conjuntos estruturais, ferramentais de produção, plataformas, gabarito de montagem, equipamentos de apoio no solo para manutenção”.

Ainda com referência ao projeto KC-390 Ribeiro (2017) esclarece que:

Essas empresas [nacionais] tiveram um ganho industrial e tecnológico ao participarem do programa KC-390, pois tal aeronave envolve a fabricação de peças maiores, com usinagem complexa, além da utilização de novas ligas. Logo, para dar conta de programações complexas, os fornecedores foram obrigados a utilizar máquinas e ferramentas de usinagem mais modernas. [...] é consenso entre os fornecedores de usinagem e ferramental, a evolução e a mudança de patamar pelas quais passaram em decorrência de sua participação no programa KC-390. (Ribeiro, 2017, p. 268)

Em apoio às operações dos esquadrões aéreos citados acima, há uma diversidade de meios que também poderiam ser empregados na RCA, aos modos do que El Salvador faz na missão de paz no Mali, ao desdobrar dois esquadrões aéreos também desdobrou meios de controle aéreos e equipamentos de apoio ao solo, como radares para tráfego aéreo, serviços meteorológicos, prevenção e extinção de incêndios e outras atividades de segurança de operações aéreas e de passageiros (Lópes, 2023).

As atividades supramencionadas poderiam ser realizadas por meio do oferecimento, via UNPCRS, de um Esquadrão do Grupo de Comunicações e Controle (GCC), com elementos da Infantaria da Aeronáutica, para segurança de instalações e de pessoal, assim como atividades contra incêndio.

Há uma relação direta desses meios citados anteriormente com a BID, uma vez que temos radares sendo desenvolvidos por empresas do Grupo Embraer Defesa e Segurança, além de consoles de visualização e de operações de controle do tráfego aéreo, além de seus softwares desenvolvidos pela ATECH (EMBRAER, 2023).

A utilização de produtos da BID em operações de paz pelo Brasil tem o potencial de divulgar os produtos a um grande número de eventuais compradores, com demonstração de efetividade e viabilidade do emprego. A utilização de um equipamento pelo país fabricante é fator de grande relevância e ajuda a manter as linhas de produção da BID ativas, uma vez que neste nicho de mercado os produtos possuem restrições de mercado e características diferenciadas com relação ao mercado comum, com envolvimento estatal forte visando interesses nacionais.

## 6. CONCLUSÃO

Possuidor de grandes riquezas e potenciais, o Brasil é um país que busca um lugar de destaque perante as demais nações do mundo, e assim, fazer parte das grandes decisões em prol da paz mundial, podendo ser mais representativo caso fizesse parte do CSNU.

Desdobrar tropas nas missões de paz da ONU é uma das ferramentas utilizada pelo país que facilitaria a negociação de um possível assento permanente no CSNU. Dessa maneira, no âmbito da Defesa Nacional, têm-se legislações de alto nível que expõem o interesse brasileiro em adquirir relevância internacional, orientando e direcionando as Forças Singulares em preparar efetivos e meios para disponibilizar para as missões de Paz da ONU.

Contudo, mesmo que legislações como o Livro Branco de Defesa, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa direcionem para a participação nas operações de paz da ONU, a lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, condiciona o envio de tropas ao exterior à aprovação do Congresso Nacional, tornando o processo de decisão nacional complexo.

Dentre as possíveis missões de paz da ONU, a MINUSCA apresentou-se como uma boa oportunidade, por ser em 2023 a maior missão da ONU, além de o Brasil ter recebido o convite formal, em 2017, para desdobrar uma unidade naquela missão, o que possibilitou um estudo aprofundado com viagens de reconhecimento de especialistas, naquela missão.

Todavia, o desdobramento na RCA não é simples, por ser um país central, sem acesso ao mar, há a necessidade da utilização do porto de Douala, em Camarões, sendo necessário o desembarço alfandegário naquele país, além de uma viagem de aproximadamente mil e quatrocentos quilômetros até a capital Bangui, por estradas com pavimentação precária no lado Centro-Africano, que possuem trechos intransitáveis na estação chuvosa.

As condições precárias dos aeródromos da RCA são um desafio à parte. O país não possui controle do tráfego aéreo e apenas dois aeroportos contam com pista pavimentada, porém, neles há limitações, como ausência de sinalização das pistas e falta de equipamentos de auxílio à navegação, impossibilitando assim o voo noturno.

Os demais aeroportos são mais restritos ainda, pois possuem pistas mais curtas e que são diretamente afetadas pelas condições meteorológicas, como as chuvas e na estação da seca, pela poeira.

Mesmo assim a ONU precisa que os TCC contribuam com meios aéreos que possam aprimorar a capacidade ofensiva das tropas desdobradas, para que possam cumprir o mandato da missão e possibilitar a proteção de civis, conforme descrito no *Cruz Report*, sendo assim, a FAB ofertou no sistema PCRS da ONU as aeronaves Super Tucano.

A versão do A-29 da FAB possui algumas limitações por não possuir equipamentos de autodefesa contra mísseis solo-ar. Por outro lado, estas aeronaves foram projetadas para o emprego em missões como as da ONU, ao executarem as tarefas previstas no Manual da Unidade de Aviação Militar de Missões de Paz das Nações Unidas.

A outra aeronave pesquisada foi o KC-390, que embora não esteja ofertada no UNPCRS, apresenta todas as capacidades necessárias para ser empregada em uma Operação de Missão de Paz, como a MINUSCA e todas seus desafios supracitados.

Ambas as aeronaves utilizadas pela FAB são de fabricação nacional e o desempenho delas em operações de paz é uma oportunidade em divulgar produtos da BID do Brasil, com possibilidades de gerar negócios para uma série de empresas brasileiras que fornecem itens à EMBRAER, assim como, a própria EMBRAER, caso essa divulgação possa fomentar a formalização de novos contratos de compras.

Dessa maneira essa pesquisa conseguiu levantar quais são os desafios para concretização do desdobramento de meios aéreos brasileiros na MINUSCA ao pesquisar os desafios logísticos, nossas legislações mais altas sobre o assunto, passando pela descrição do processo decisório nacional, o qual se mostrou complexo, e por último ao serem identificadas as oportunidades para a Base Industrial de Defesa brasileira, decorrentes da participação na MINUSCA.

Não obstante, o assunto é amplo e como sugestão de continuidade deste tema, poderiam ser pesquisadas outras oportunidades para a BID nacional quanto ao emprego de equipamentos em operações de paz.

Por fim, a participação brasileira nas Operações de Missão de Paz é um objetivo nacional e uma ferramenta para contribuir com a segurança internacional, além disso, conhecer os desafios para concretizar essa participação gera oportunidades de mitigá-los ao pesquisar soluções ou aprimorar nossos produtos e métodos, contribuindo assim para o desenvolvimento do Brasil.

## REFERÊNCIAS

AFRICAN DEVELOPMENT FUND. **Project** : transport facilitation programme on the douala-bangui and douala-ndjamena corridors. proposal to award a supplementary adf grant to the central african republic. [S.l.: s.n.]: 2012. Disponível em: [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CAR\\_-\\_AR\\_-\\_Supplementary-PFT\\_on\\_Douala-Bangui-Ndjamena\\_Corridors\\_-\\_LOTB\\_-\\_Approved\\_.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CAR_-_AR_-_Supplementary-PFT_on_Douala-Bangui-Ndjamena_Corridors_-_LOTB_-_Approved_.pdf). Acesso em: 8 ago. 2023.

ALENCASTRO, Mathias.; VICTOR, Fabio. Brasil desiste da Missão de Paz na República Centro Africana (MINUSCA)? **Tecnologia & Defesa**, [S.l], 2018. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/brasil-desiste-da-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-minusca/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

AMARAL, Luciana. ONU convida Brasil para integrar missão de paz na República Centro-Africana. **UOL: cotidiano**, nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/23/onu-convida-brasil-para-integrar-missao-de-paz-na-republica-centro-africana.htm> Acesso em: 7 ago. 2023.

BERNARDINO, Daniela Cordeiro. **A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: poder vs. mudança**. 2022. Dissertação ( Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa) – Católica Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/40581>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério Das Relações Exteriores. **Participação do Brasil na MINUSTAH. 2022**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues/relacoes-brasil-haiti/participacao-do-brasil-na-minustah>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior**. [Brasília, DF]: Presidência da República, 1956. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L2953.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2953.htm). Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/copy\\_of\\_pnd\\_e\\_end\\_2016.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf). Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. Força Aérea. **ONU vitoria aeronaves da FAB para emprego em missões de paz**. Brasília DF: Força Aérea, abr. 2017. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/29937> Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Ministério Da Defesa. **Instrução Normativa n.º 3/EMCFA-MD, de 16 de outubro de 2019**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html,pelocódigo05152020041600080>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério Da Defesa. **Instrução Normativa n.º7/EMCFA-MD, de 15 de outubro de 2020b**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/10/2020&jornal=515&pagina=12> Acesso em: 10 ago. 2023.

CAMEROON TRADE HUB. **Sub regional trade:** corridors still a cause for concern. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://cameroontradedhub.cm/article/67/en>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos; PHILLIPS, William. R.; CUSIMANO, Salvator. **Improving Security of United Nations Peacekeepers:** we need to change the way we are doing business. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: [https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving\\_security\\_of\\_united\\_nations\\_peacekeepers\\_report.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito da (orgs.) **A diplomacia regional brasileira:** visão histórica das últimas décadas. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Pol%C3%ADtica%20externa%20brasileira%20em%20debate\\_dimens%C3%B5es%20e%20estrat%C3%A9gias%20de%20inser%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Pol%C3%ADtica%20externa%20brasileira%20em%20debate_dimens%C3%B5es%20e%20estrat%C3%A9gias%20de%20inser%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 11 ago. 2023.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (orgs.). **Israel-Palestina:** a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

EMBRAER. Soluções abrangentes para defesa que combinam conhecimento estratégico e tecnologia de ponta. **EMBRAER Empresas**, 2023. Disponível em: <https://defense.embraer.com/br/pt/empresas>. Acesso em: 23 ago 2023.

FARIAS, Rafael. **Logística do contingente brasileiro na MINUSTAH:** contribuições para a Base Industrial de Defesa. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão da Defesa) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3077/1/RafaelFarias.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FERNANDES, Cynthia. FAB se prepara para atuar em missões de paz em 2018. **Agência Força Aérea**, Brasília, DF, 3 maio 2017. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30023/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GAVIÃO, Luiz Octávio; ASRILHANT, Boris; MAIA NETO, Jacintho; SERRÃO, Nathalie Torreão. A Pesquisa Operacional na avaliação de produtos de defesa: uma aplicação do modelo CPP-AHP para comparação do Embraer KC-390 com o C-130 Hércules. In: ECONTRONACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 10., 2018, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: ABED, 2018. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534459901\\_ARQUIVO\\_10ENABEDArtigo\[v3\].pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534459901_ARQUIVO_10ENABEDArtigo[v3].pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

GILES-VERNICK, Tamara Lynn; HOOGSTRATEN, Jan S.F. van; O'TOOLE, Thomas E. Central African Republic. In: BRITANNICA. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>. Acesso em: 10 ago. 2023.

KENKEL, Kai Michael; HAMANN, Eduarda Passarelli. Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das Nações Unidas. **Texto para discussão**, Brasília, DF; Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:



[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2146/1/TD\\_1892.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2146/1/TD_1892.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

KINDZEKA, Moki. Edwin. **Fresh Rebel Activity in CAR Scares Truck**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em:<https://www.voanews.com/a/fresh-rebel-activity-in-car-scares-truck-drivers/2926668.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LUZ, Fernando Pereira. **Análise da infraestrutura e do fluxo logístico para o envio de tropas e manutenção das operações na República Centro-Africana**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)–Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:[https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10110/1/MO\\_6452 - FERNANDO Pereira LUZ.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10110/1/MO_6452_-_FERNANDO_Pereira_LUZ.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

NOVOSSELOFF, Alexandra. Keeping Peace from Above: Air Assets in UN Peace Operations. **SSRN Electronic Journal**, [S.l.], 2017. Disponível em:[https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2017/10/1710\\_Keeping-Peace-from-Above-1.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2017/10/1710_Keeping-Peace-from-Above-1.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

O SUL. As tropas brasileiras vão à África fazer o reconhecimento para a missão de paz a pedido da ONU. **O Sul**, 21 jan. 2018. Disponível em:<https://www.osul.com.br/as-tropas-brasileiras-vao-africa-fazer-o-reconhecimento-para-missao-de-paz-pedido-da-onu/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar-. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo : a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. 2.ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2010. Disponível em:[http://funag.gov.br/loja/download/1162-Conselho\\_de\\_Seguranca\\_apos\\_a\\_Guerra\\_do\\_Golfo\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1162-Conselho_de_Seguranca_apos_a_Guerra_do_Golfo_O.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

PEREIRA, Bruno Américo; JASPER, Flávio Neri Hadmann. Kc-390 E a projeção do Brasil no cenário internacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro. 31, n. 63, p. 73–90, 2016. Disponível em:<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/477/433>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RIBEIRO, Cássio Garcia. Desenvolvimento Tecnológico Nacional: o Caso KC-390. **Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil**, p. 235 – 289, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/politicas\\_de\\_inovacao\\_cap06.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/politicas_de_inovacao_cap06.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA FILHO, Edilson. Base industrial de defesa do brasil: notas para uma estratégia de promoção de exportações. **Boletim de Economia e Política Internacional**, [S.l.], n.23, maio/ago. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8209/1/BEPI\\_n23\\_Base.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8209/1/BEPI_n23_Base.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

THE WORLD BANK. **World Bank Open Data**: Central African Republic, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/central-african-republic?view=chart>. Acesso em: 22 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Resolution S/RES/2149 (2014)** Establishes the United Nations multidimensional stabilization mission in the Central African Republic and provides it with the mandate to assist the 2127 Committee including by monitoring the implementation of the sanctions me. v. 2149, n. April, 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/295/81/PDF/N1429581.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Resolution 75/298**. Financing of the United Nations multidimensional integrated stabilization mission in the Central African Republic. p. 1–8, 2021a. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/176/84/PDF/N2117684.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **United Nations peacekeeping missions military aviation unit manual**. 2021b. Disponível em: [https://pcrs.un.org/Lists/Resources/07- UN Military Units Manuals/UN Military Aviation Manual/2021.04 UNMUM - Aviation Unit Manual.pdf](https://pcrs.un.org/Lists/Resources/07-UN Military Units Manuals/UN Military Aviation Manual/2021.04 UNMUM - Aviation Unit Manual.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Resolution 2659 (2022)**, 2022a. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/691/48/PDF/N2269148.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Maritime trade disrupted: the war in Ukraine and its effects on maritime trade logistics**. n. June, 2022b. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2022d2\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2022d2_en.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Current and emerging uniformed capability requirements for United Nations peacekeeping**. 2023a. Disponível em: [https://pcrs.un.org/\\_layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcedoc=/Lists/Resources/03- Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping/2023/Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping\\_June 23\\_FINAL.pdf&action=default](https://pcrs.un.org/_layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcedoc=/Lists/Resources/03-Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping/2023/Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping_June 23_FINAL.pdf&action=default). Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Peacekeeping capability readiness system (PCRS)**. n. August, 2023b. Disponível em: [https://pcrs.un.org/Lists/Resources/01-%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20\(PCRS\)/PCRS\\_Guidelines/2023.10%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20\(PCRS\)\\_Guidelines.pdf?Web=1](https://pcrs.un.org/Lists/Resources/01-%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20(PCRS)/PCRS_Guidelines/2023.10%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20(PCRS)_Guidelines.pdf?Web=1). Acesso em: 20 ago. 2023.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **Central African Republic map showing major cities as well as parts of surrounding countries**. The World Factbook, 2023. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/central-african-republic/map/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VALIN, Gedeel Machado Brito. **A possível participação do Brasil na Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e seus reflexos para a Política Nacional de Defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4003/1/MO%206027%20-%20GEDEEL.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.